



# FALANDO DE RAÇA NO EXÉRCITO BRASILEIRO: ESTRUTURA, ENSINO E INSTITUIÇÃO

## TALKING ABOUT RACE IN THE BRAZILIAN ARMY: STRUCTURE, INSTRUCTION AND INSTITUTION

### Resumo

O racismo velado presente no Exército Brasileiro nunca foi pauta de relevância dentro da instituição, afinal sua naturalização foi progressivamente estimulada — desde a formação da Força Expedicionária Brasileira até a presente conjuntura que, mostra um único general negro na Força e apenas onze em sua história. A realidade dessa segregação foi primordial para reconhecer a pertinência dos teóricos raciais sobre tal questão: se o racismo velado é legitimado em um braço tão poderoso do Estado, o que acontece no restante da sociedade brasileira?

**Palavras-chave:** Raça; Racismo; Exército Brasileiro; Sociologia do racismo.

### Abstract

*The veiled racism present in the Brazilian Army was never a relevant agenda within the institution, after all, its naturalization was progressively stimulated — from the formation of the Brazilian Expeditionary Force to the present conjuncture, which shows a single black man in the position of general in the Force and only eleven in its history. The reality of this segregation was essential to recognize the relevance of racial theorists on this issue: if veiled racism is legitimized in such a powerful arm of the State, what happens in the rest of Brazilian society?*

**Keywords:** Race; Racism; Brazilian Army; Sociology of racism.

\*Elloiza Sena Alves de Lima

\*\*Esther Krüger Silveira

\*\*\*Marina Panziera Alves

Recebido em: 15/07/2022

Aceito em: 23/03/2023

## 1. Introdução

O século XX para o Exército Brasileiro foi caracterizado como um período de emulação militar dos modelos francês e estadunidense, ou seja, o Exército buscou reproduzir aspectos do sistema militar das missões aqui empreendidas a fim de equiparar-se a elas e até mesmo superá-las gerando assim, um modelo híbrido. Conjunto a isso, o interesse das potências militares não consistia em desenvolver o país contratante como uma força superior, mas sim, ampliar sua zona de influência sobre ele, transferir armamentos e ter um papel relevante no aprendizado de tais forças, fortemente marcado pela implementação de sua própria doutrina (SVARTMAN, 2016). O presente trabalho não pretende se ater aos detalhes dessas missões de modernização<sup>1</sup>, mas de certa forma busca atentar-se à influência organizacional, política e educacional compreendida por esses convênios, principalmente a estabelecida com os Estados Unidos.

A missão estadunidense (1942-1977) foi extremamente complexa uma vez que não se limitou apenas às relações comerciais como havia sido a francesa (1919-1939). Nela havia fortes motivações políticas e estratégicas de forma que o alinhamento entre os dois países possibilitou — apesar de assimétrica — uma efetiva aliança militar que se demonstrou primordial para a projeção norte-americana na América Latina naquele momento, visando à posição estratégica do país para a 2ª Guerra Mundial (SVARTMAN, 2016). De fato, a missão só teve início com a entrada dos países na Guerra — que propiciou a intensa preparação e introdução da Força Expedicionária Brasileira (FEB) — a qual foi marcada pela incorporação do modelo organizacional do país contratado no que tange a construção de novas escolas militares, ministérios, comissões, assim como a tradução de materiais, novos equipamentos e treinamentos adequados (SVARTMAN, 2016).

Tal experiência teve substancial relevância sobre a atualização das capacidades militares do Exército Brasileiro, no entanto, não conquistou seu principal objetivo: a autonomia militar. Além disso, a missão reforçou o poder político do exército, especialmente durante o Estado Novo, onde os militares consideravam os rumos que estavam sendo tomados para a política brasileira necessários de intervenção em nome da segurança e do desenvolvimento nacional, condicionando-os enquanto os responsáveis pela melhora do país, como mostra trecho do artigo de Svartman (2016, p. 371):

*No final dos anos 1940, marcados pela intensificação da mobilização política da sociedade brasileira, e pelas polêmicas em torno do modelo de exploração do petróleo e do nacionalismo, as Forças Armadas brasileiras, mais do que moderadoras do jogo político brasileiro, tornaram-se palco e objeto de disputas políticas. (apud Peixoto, 1980; Smallman, 2004).*

Essa breve exposição sobre a condução da instituição militar brasileira mostra-se primordial ao refletir sobre o seu ensino, sua organização, sua formação estratégico-doutrinária e o mais importante, a consolidação do seu pensamento militar. Pensamento que não se limita apenas ao que Azar Gat (2001) define como sendo o conjunto das concepções do que sejam a guerra, a estratégia, a doutrina e a teoria militar, mas também engloba a compreensão sobre a formação discursiva que constitui a episteme desse pensamento, que nega a existência, domina os corpos dos homens negros aspirantes a oficiais no Exército Brasileiro constituindo e legitimando a instituição e seus comportamentos. É sobre a imagem produzida por essa instituição a partir dos corpos que acessam determinadas posições de poder que o presente trabalho busca debruçar-se. A fim de compreender sobre a temática, partiu-se da contribuição teórica de três autores essenciais que trabalham com a temática de raça (ALMEIDA, 2019; CAMPOS, 2017; COLLINS, 2020), assim como da experiência de Sionei Leão enquanto militar do Exército Brasileiro e do seu relevante trabalho enquanto jornalista trazendo sua atenção para a questão negra no âmbito militar. Por fim, também foram utilizados, com o intuito de atentar-se à conjuntura atual, reportagens e artigos sobre a temática<sup>2</sup>.

Para atender essa demanda concebe-se necessário partir da conceituação sobre o que compreende-se como racismo na sociedade atual, conforme Sílvia Almeida (2019) o racismo é uma forma sistemática de discriminação racial, ou seja, não se limita a atos individuais, mas sim, legitima-se nas estruturas institucionais que se mantêm ao longo do tempo, favorecendo os grupos dominantes e excluindo os demais por critérios raciais. Afirma-se que esse é um complexo processo em cadeia no qual tais estruturas aumentam a ideologia enquanto essa justifica práticas em meio à sociedade. Essa conceituação é ponto de partida para conceber a forma que o debate sobre raça insere-se na instituição militar. Segundo Goffman (2010), desde o ingresso do homem na instituição ele passa a viver um novo regime de socialização que o

<sup>1</sup> Sobre as missões de modernização, ver SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *O Exército Brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 22, p. 361-380, 2016.

<sup>2</sup> Reconhece-se a possibilidade de expandir a revisão da bibliográfica sobre o tema, no entanto, considera-se que as obras escolhidas e os autores abordados são por ora suficientes para sustentar o argumento do estudo. As autoras pretendem ampliar a análise em um segundo estudo **(nota das autoras)**.

distingue do “eu” civil para a consolidação do “nós” militares assim, esse aspecto rompe as fronteiras que separam as dimensões sociais — trabalho, estudo, lazer — para fundir-se com a missão do ambiente institucional no qual estão inseridos. Por isso, os quartéis, as academias militares, suas escolas e seus centros de treinamento são exemplos claros de tal caracterização. Mas será que essa socialização militar ultrapassa as fronteiras da raça?

O presente artigo está dividido em seções de maneira que possibilite esse olhar, por isso, inicia-se com uma análise sobre a forma como a raça foi abordada dentro da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a partir da 2ª Guerra Mundial, inserida em uma conjuntura de forte influência norte-americana no Exército Brasileiro — em um momento que a força estadunidense era uma das mais segregadas da época. A próxima seção atenta-se ao debate contemporâneo com ênfase na teoria interseccional para refletir e explorar as mudanças, assim como a atenção que a questão recebeu desde a análise sobre a FEB. A última seção desenvolvida intitula-se “Racismo Estrutural e Hierarquia Institucional” encontra respaldo teórico para as experiências empíricas do Exército Brasileiro. Por fim, as considerações finais retomam os principais pontos apresentados e conclui o estudo com base no debate desenvolvido ao longo do texto. Além disso, busca com a experiência racial evidenciada no Exército Brasileiro refletir e até problematizar o impacto dessa atuação sobre a sociedade, uma vez que, apesar de possuir como principal papel a defesa nacional, sua condução não é apenas técnica, mas também política e integrada com a vida civil.

## 2. Por dentro da história: Uma análise sobre raça na FEB

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi a força militar constituída para lutar ao lado dos Aliados na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, sob o comando dos Estados Unidos. Conforme já mencionado, a influência estadunidense no Exército Brasileiro teve início com a missão do país, consolidada fortemente com a entrada dos mesmos na guerra — evento que permitiu aumentar sua influência no Brasil, principalmente no sentido da aliança militar. O Brasil foi o único país latino-americano a enviar um contingente militar para o Teatro Europeu, por isso, fica claro a sua importância tanto política quanto estratégica nesse período, entretanto, havia diferenças, no treinamento, na estrutura, assim como sobre qual cidadão brasileiro era destinado a ser soldado da FEB (SILVA; FOLY, 2013). Como Silva e Foly (2013) ressaltaram, o elemento humano da FEB representou de forma autêntica o povo brasileiro: íntegro, diverso e multiracial. A questão da raça pode parecer irrelevante em um primeiro momento, mas ao analisar a composição heterogênea da Força Expedicionária ao lado das tropas estadunidense pode-se perceber que o Brasil era um ponto fora da curva que acabava por ter sua eficiência julgada por causa da sua diversidade (SILVA; FOLY, 2013).

Segundo a entrevista do General Octavio Costa para o Estadão (2020), a segregação racial era uma característica das tropas aliadas, mas não da Força Expedicionária. Inclusive nas tropas estadunidenses “havia unidades compostas exclusivamente de soldados afro-americanos — comandadas por oficiais brancos” (SILVA; FOLY, 2013, p. 24). Dessa maneira, para analisar a veracidade desse discurso é essencial atentar-se para a forma que o debate racial acontecia naquele período assim como, a realidade dos militares negros nas instituições brasileiras. Francisco Ferraz (2020) expõe em seu artigo que a formação da FEB reproduziu a estrutura racial da população do país, o olhar sobre essa afirmação tornou-se um dos pilares para a legitimação do mito da democracia racial<sup>3</sup> na sociedade brasileira. No entanto, a formação dessa tropa multiétnica nunca foi o objetivo da instituição, pelo contrário, buscava-se recrutar os homens de elite, mas devido à alta seletividade não houve outra opção a não ser expandir a missão para outras categorias. Conforme o autor, o racismo existia, principalmente no período de treinamento do Brasil, e apesar de eventos considerados isolados, também estava presente durante o período na Itália (FERRAZ, 2020).

Com base na obra de Sionei Leão (2021), intitulada “Kamba’Race”: Afrodescendências no Exército Brasileiro — a qual carrega o termo em guarani que significa “lamento negro” — a representatividade negra no exército brasileiro não é expressiva, inclusive, na visão dos militares, o debate racial é visto como uma “coisa de esquerda” dificultando uma maior discussão. Entretanto, é essencial considerar que a FEB foi o único contingente racialmente integrado no conflito, uma vez que a maioria das divisões era extremamente segregada. A Força Expedicionária foi revolucionária justamente pela presença de brancos e negros lutando lado a lado, porém, ainda sim, é primordial uma análise para além do campo visual, questionando-se até que

<sup>3</sup> A democracia racial pressupõe a igualdade de direitos e deveres entre as relações raciais. Falando do Brasil, o discurso de democracia racial consiste em um mito, uma vez que nega toda uma história e o presente de um país racista (nota das autoras).

ponto a integração no campo de batalha desses homens os colocava lado a lado na hierarquia institucional? Conforme os dados apresentados por Ferraz (2020), o perfil dos praças representava essa integração, já a dos 77 sargentos, 69 eram considerados brancos e 8 classificados como mestiços — ou seja, não havia nenhum sargento negro. A conclusão do argumento do autor mostra-se primordial para a comprovação do questionamento aqui apresentado:

*Com as unidades expedicionárias já formadas, essa desigualdade racial, esse “racismo cordial”, aparecia na desproporção de oficiais e mesmo sargentos negros e mestiços, comparada à proporção demográfica de negros e pardos da população brasileira (...) O fato de tal discriminação ser velada não a faz menos real, e até a torna mais cruel, pois a “culpa” pela não-ascensão se desloca ignominiosamente da estrutura racial e socialmente discriminatória para as suas vítimas. (FERRAZ, 2020, p. 270)*

Dito isso, é possível constatar que na Força Expedicionária existia um racismo estrutural, que apesar de naturalizado ele estava lá e deixava suas marcas na instituição — prova o fato de ainda hoje apenas 11 homens negros terem chegado a generalato no Exército brasileiro (O GLOBO, 2021). Para subsidiar a parte empírica aqui apresentada, encontrou-se em Luiz Augusto Campos (2017) a base teórica necessária para fortalecer o argumento desenvolvido. O autor propõe uma teoria tridimensional do racismo que deve ser compreendida como um fenômeno social construído pelas relações multidimensionais, que presa sua dependência ontológica e as mantém separadas no nível analítico — que permite avançar a compreensão sobre formato de racismo assumido atualmente, sobre os problemas conceituais em sua definição, a ontologia da noção de raça e dos dilemas enfrentados na luta antirracista (CAMPOS, 2017). Essa teoria baseia-se na integração analítica de três outras abordagens que, analisadas à luz das teorias sociológicas permitem explicar como o racismo opera na sociedade em que estamos inseridos, logo, analisar o racismo na instituição militar. A primeira delas é caracterizada pela “precedência das ideologias”, ou seja, entende-se o racismo como um fenômeno assentado em ideologias, tal qual um conjunto de ideias que atribuem uma inferioridade justificada ao grupo subalternizado, com base em uma crença, onde a sociedade é dividida biologicamente pelas raças (CAMPOS, 2017). Já a segunda, é abordada pela “precedência das práticas”, melhor dizendo, é a relação de causa, práticas, preconceitos comportamentais que acabam reproduzindo o racismo; ou seja uma “predisposição” comportamental a agir negativamente em relação a um determinado grupo (CAMPOS, 2017). A terceira, a “precedência das estruturas”, acredita que o racismo atualmente está mais fortemente vinculado com as estruturas e instituições, sendo elas os seus princípios causais (CAMPOS, 2017); pois, “suas teorias estão centradas nos modos como o racismo se torna uma função dos contatos entre sistemas sociais diversos e não uma propriedade intrínseca a eles” (CAMPOS, 2017; p.09).

Assim, com base no que foi exposto nesta seção, a teoria tridimensional do racismo proposta por Luiz Augusto Campos (2017) teve grande relevância para a qualidade das análises de obras e artigos os quais destacam a questão racial na Força Expedicionária Brasileira (SILVA; FOLY, 2013; FERRAZ, 2020, LEÃO, 2021). Com isso, foi possível compreender que, apesar da estrutura da FEB ter implicado em inovações na relação e na forma de articulação de seus soldados na missão, não se pode afirmar que não foi uma força racista, pelo contrário, presencia-se a história da constituição do mito da democracia racial ao mesmo tempo em que se comprova o racismo naturalizado na estrutura institucional. Dessa forma, mostra-se evidente a distinção racial existente desde a seleção dos candidatos para a Escola Militar até o crescimento na hierarquia (RODRIGUES, 2008). A partir dessa retomada histórica permanece importante problematizar a naturalização de aspectos discriminatórios do passado para refletir a sua perpetuação dos comportamentos na instituição, tal como na sociedade nos dias atuais.

### 3. Conjuntura atual: Racismo no Exército Brasileiro

A ideologia é entendida como uma visão falseada, ilusória e mesmo fantasiosa da realidade que molda o inconsciente dos indivíduos nas sociedades, de acordo com as visões estruturadas como verdades (ALMEIDA, 2019). A segregação racial da sociedade brasileira baseia-se em cima desta fantasia, a qual não se visualiza a discriminação social por raça, já que em uma sociedade miscigenada como a do Brasil, os direitos são garantidos primordialmente pelas instituições. Entretanto, há nas instituições como a organização militar, familiar, religiosa, universitária, em órgãos públicos e empresas, o racismo estrutural, que estabelece uma precedência institucional hierarquizada e determinante no ensino, na doutrina, na formação,

na organização e principalmente na consolidação de uma ideologia discriminatória naturalizada pela sociedade (ALMEIDA, 2019); como, por exemplo, na integração do homem negro nas Forças Armadas brasileiras.

As instituições do Estado brasileiro, constituídas através de modelos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torná normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais (ALMEIDA, 2019), são responsáveis pelo estabelecimento do padrão social ao qual, marca o comportamento humano. A ideologia na implantação do racismo dentro das instituições brasileiras é montada, justificada e amparada na dominação de uma classe social dominante sobre a outra, pois a partir do momento em que um grupo social é posto como 'inferior', segregado e consequentemente discriminado do restante da sociedade, se constitui um desequilíbrio social nas instituições resultando em um padrão no comportamento humano que segrega e discrimina. Deste modo a estruturação do racismo institucional é definida por parâmetros discriminatórios, para que se mantenha a hegemonia do grupo racial no poder (ALMEIDA, 2019), pois desta maneira o domínio cultural, político e social é definido pelo padrão social 'ideal'.

O racismo estrutural é consolidado a partir deste desequilíbrio social das instituições, na medida em que se estabelece uma presidência institucional ideológica, hierarquizada e determinante na maneira que os comportamentos e as relações sociais do ser humano são dispostos; pois para a consolidação e naturalização destes aspectos discriminatórios do passado, a sociedade brasileira com um todo constitui uma ideologia social onde o negro sempre será de alguma forma diferente e inferior. As relações sociais terão como fim, a hierarquia e segregação dos mesmos, e a sociedade sempre estará fixada numa fantasia a qual não se visualiza a discriminação por raça, uma vez que a racialização do homem negro dentro das instituições permanecerá estruturada e justificada no racismo.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) utilizam da interseccionalidade como uma ferramenta analítica e política na abordagem de importantes questões sociais, tal como a questão racial. A complexidade das relações sociais como a do poder entre as raças, classes e gêneros são objetos de estudo desta ferramenta analítica que busca tentar desenvolver estratégias para lidar com as necessidades da sociedade. Uma vez que o desequilíbrio social, como o racismo no Brasil — estabelecido inicialmente com a colonização que visava a superioridade do homem branco europeu sobre as sociedades indígenas e negras, e no início do século 20 com a emigração para o branqueamento populacional — promoveu mudanças nas relações culturais, políticas e sociais que resultou em um sistema que por seu próprio modo atribuiu e continua a atribuir vantagens e privilégios a apenas um grupo social: a raça branca.

Para desenvolver uma resolução para o problema racial dentro da sociedade brasileira, o uso da ferramenta analítica da interseccionalidade é essencial, pois o racismo como problema social envolve uma gama de aspectos sociais, ao qual a interseccionalidade procura explicar. A interseccionalidade no âmbito étnico, político e ideológico é utilizada para uma análise estrutural do pensamento ao comportamento individual, às relações sociais, pois o desequilíbrio social apontado no Brasil, por exemplo, iniciado durante a colonização, promoveu mudanças nas relações culturais, políticas e sociais no decorrer dos anos, até os dias de hoje, determina a construção de um ideário discriminatórios, hierarquizado e segregacionista, configurando assim, um problema social ao qual o uso da interseccionalidade será utilizado para entender e investigar dentro da sociedade formas para solucionar as injustiças por ele geradas. Desta maneira o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, busca explicar a complexidade das relações humanas no mundo e suas experiências diferenciadas, e assim desenvolver caminhos para resolver os problemas sociais (COLLINS; BILGE, 2020), tal como a racialização do homem negro dentro das instituições nacionais, principalmente dentro do exército.

Nas Forças Armadas brasileiras este aspecto político e social de discriminação estrutural também teve forte influência para a constituição de uma elite de poder, uma vez que a inter-relação na construção de convicções ideológicas sociais, ao desenvolver um patriotismo nacional, contou com os processos de independências nas Américas e das relações com a Europa, o qual absorveu os impactos sociais de ambos os casos, mas não levou a ter um caráter próprio e totalmente doméstico, ou seja, nacional (NASCIMENTO, 2011). Uma vez que a racialização do negro nas Forças Armadas consolida-se pelas precedências estruturais de um passado mítico, onde os heróis e patriotas — homens brancos —, forjaram a nação com disciplina, espírito e devoção ao serviço à pátria (NASCIMENTO, 2011). Deste modo, cabe analisar o papel e a imagem que as instituições militares refletem na sociedade brasileira, visto que há

uma forte influência hierárquica e institucional tanto no meio civil, quanto no meio militar em relação à consolidação de um pensamento segregacionista social.

O papel militar no Brasil foi importante justamente por que a instituição aglutinou e continua a aglutinar características fundamentais à nação, tais como o culto ao civismo, a disciplina, o espírito de coletividade e a devoção ao serviço da pátria (NASCIMENTO, 2011), entretanto este papel importante mostrou à sociedade brasileira uma imagem ideológica racista, pois trouxe consigo precedências estruturais que, dentro da hierarquia institucional militar, consolidou-se e naturalizaram-se aspectos discriminatórios do passado para assegurar uma elite no poder, a elite branca.

A naturalização destes aspectos discriminatórios na hierarquia militar trouxe para a sociedade mais um exemplo institucional de padrão ao qual se deve comportar. O espírito de coletividade como uma das principais características do papel militar brasileiro, questiona até que ponto este espírito de ajuda e companheirismo ultrapassa as fronteiras da raça, visto que a discriminação dentro das instituições e conseqüentemente dentro do corpo social é naturalizada e até mesmo estruturada, a ponto de apartar o negro cada vez mais dos diversos âmbitos sociais, como o de poder dentro da hierarquia militar. Assim a racialização, naturalização e discriminação do negro dentro da sociedade brasileira é um problema social ao qual está consolidado nas instituições de poder, pois a ideologia da 'raça superior' implantada durante a colonização brasileira, e continuada na organização e consolidação de um pensamento nacional, um pensamento racista.

O uso da práxis crítica da interseccionalidade que "se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana" (COLLINS; BILGE, 2020, p.56), são importantes para a investigação e para as tentativas de corrigir os problemas gerados, pois explicam a diferentes questões sociais como a hierarquia de classe, gênero e raça (COLLINS; BILGE, 2020). Deste modo, a dificuldade de progredir dentro das Forças Armadas para um homem negro no Brasil, é um problema institucional que reflete no meio social, no qual a população negra não se vê representada e mais uma vez se vê colocada à margem do desenvolvimento social (AGÊNCIA, 2006). Para tentar corrigir os problemas gerados pelo racismo institucional, foram elaboradas políticas públicas, como a criação de cotas para a inclusão de negros, indígenas e pessoas de baixa renda nas universidades, de modo a tentar minimizar os efeitos negativos que surgiram ao longo da história de escravidão e discriminação da população negra (ALMEIDA, 2019). No meio militar, este 'ajuste de contas' também foi proposto, o deputado Raul Jungman (PPS-PE/2006) lembrou a origem da participação dos negros nas Forças Armadas na guerra do Paraguai e ressaltou "a importância de uma cultura democrática que promova diversidade" (CÂMARA, 2006). Entretanto, ainda nos dias atuais no alto comando militar existe apenas um general negro na ativa, André Luiz Aguiar Ribeiro, promovido em 2019, comandante da 10a Brigada de Infantaria Motorizada (ESTADÃO, 2020), demonstrando como precedências estruturais da discriminação do homem negro ainda promove a segregação racial na instituição.

#### **4. Hierarquia, racismo e poder**

As elucidações levantadas ao longo do ensaio permitem a reflexão sobre a imagem que o Exército produz a partir dos corpos negros. Deste modo, é possível identificar através do desenvolvimento do presente trabalho que, neste caso, a raça está vinculada a uma determinada ordem hierárquica institucional, historicamente constituída por negros e brancos que ocupam posições desiguais dentro desta estrutura. Sendo assim, isso pode ser averiguado, por exemplo, quando se constata que apenas um homem negro ocupa atualmente um dos postos mais altos na hierarquia militar (O GLOBO, 2021).

Por trás de qualquer problematização racial investigada a partir do enquadramento de uma instituição, as análises e construções teóricas de Sílvia Almeida em *Racismo Estrutural* (2019) são de extrema pertinência. O mesmo desenvolve dois conceitos relevantes para o presente trabalho, o racismo estrutural e o racismo institucional; para Sílvia, a estrutura social constituinte de uma sociedade exerce influência sobre as manifestações institucionais da mesma, posto isso, o racismo institucional só existe como resultado de um racismo estrutural que "cumpra seu papel" produzindo instituições racistas.

*O racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura; as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p.31).*

A hierarquia institucional do Exército brasileiro retrata como o racismo institucional manifesta-se no interior desta instituição, pois, como levantado anteriormente, apenas um homem negro ocupa atualmente um dos postos mais altos na hierarquia militar (O GLOBO, 2021). Desta forma, o Exército brasileiro, ao longo dos anos, continua a reproduzir em sua conjuntura institucional aspectos racistas formantes de sua estrutura, vetando a presença de homens negros em patentes superiores a partir do controle de uma cúpula majoritariamente branca a qual exerce o poder supremo desta instituição. A partir disso, é pertinente atentar-se a forma de como o racismo, neste caso, está vinculado ao negro exercer poder ocupando posições de liderança.

Desse modo, é imprescindível atentar-se para essa reflexão sobre a construção de um viés que valida e analisa a existência de um imaginário racista, produto de uma estrutura social historicamente constituída, que legitima a superioridade de raça e classe, marginalizando homens e mulheres negras em sociedade. Esse processo espelha determinadas aprovações e desaprovações em relação à ocupação de espaços e posições sociais, sendo assim, a estrutura racista provoca estranhamento, desconforto e deslegitimação da apropriação do negro em estruturas previamente ocupadas por brancos. No caso dos homens negros no exército brasileiro, a não ocupação de cargos superiores também pode ser atribuída como resultado desse processo de anulação e segregação historicamente edificado.

“O racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p.26). Sendo assim, é possível afirmar que a hierarquia institucional do exército brasileiro é concebida pela relação direta a essa lógica elucidada por Sílvia Almeida, demonstrando que o racismo respalda e edifica os espaços de poder, determinando quem pode se estabelecer em determinadas posições sociais.

<sup>4</sup> Sobre o conceito de pensamento militar, ver GAT, A. *A History of Military Thought: From the Enlightenment to the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

<sup>5</sup> Sobre a teoria crítica da interseccionalidade, ver COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.

<sup>6</sup> Sobre a teoria tridimensional do racismo, ver CAMPOS, L. A. *RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES?: Uma abordagem realista-crítica*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-17, dez./2017.

<sup>7</sup> Sobre o conceito de racismo e suas dimensões, ver ALMEIDA, S. *Racismo estrutural: (Feminismos Plurais)*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

## 5.Considerações Finais

O presente artigo buscou analisar como a temática racial foi abordada no Exército Brasileiro e incorporada em sua estrutura organizacional, forma educacional e consolidação da instituição militar ao longo de sua história. A missão de modernização estadunidense (1942-1977) foi significativa sobre tais aspectos, principalmente por ter sido a missão responsável pela introdução da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro europeu da 2ª Guerra Mundial, e consequentemente pela formação do pensamento militar brasileiro. Como mencionado no corpo do texto, esse pensar não se limita apenas às concepções do que se refere a guerra, estratégia, doutrina e teoria militar<sup>4</sup>, mas inova em expandir essa compreensão para a formação discursiva que constitui a episteme desse pensamento, que nega a existência, domina os corpos dos homens negros aspirantes a oficiais no Exército Brasileiro constituindo e legitimando a instituição e seus comportamentos. Sobre esse aspecto utilizou-se as teorias interseccionais<sup>5</sup> e tridimensionais<sup>6</sup> como ferramentas analíticas da racialização do homem negro dentro do Exército Brasileiro.

Conforme Silva e Foly (2013), o elemento humano da FEB representou de forma autêntica o povo brasileiro: íntegro, diverso e multiracial — único contingente racialmente integrado em uma conjuntura marcada por divisões extremamente segregadas. Isso não quer dizer que era uma força plenamente integrada, pois na prática, a hierarquia estrutural distinguia brancos e negros, superiores e inferiores, gerais e praças. Dessa forma, o esclarecimento das outras dimensões conceituais de racismo<sup>7</sup>, como por exemplo, racismo institucional, racismo estrutural e segregação racial são fundamentais para evitar a naturalização de que o racismo manifesta-se apenas em atos individuais. Por isso, pode-se afirmar que o racismo estrutura-se na instituição segmentando-a e caracterizando espaços e ideais sociais; a sua forma institucionalizada é produto desse desequilíbrio social. Ao atentar para a instituição militar pode-se enxergar os problemas gerados por essa discriminação através da dificuldade de progressão do homem negro dentro da força; como apresentado, políticas públicas e uma revisão sobre o pensar social mostram-se indispensáveis.

Esse trabalho contempla a esfera militar pela sua totalidade e pelo seu processo de constituição do 'eu' militar. Mas não se limita em si, pois, a hierarquia institucional presente no Exército Brasileiro encontra forte relação ao direcionar-se o olhar para a realidade — para além dos muros da instituição militar. Tal hierarquia demonstra que o Exército brasileiro ao longo dos anos, seguiu reproduzindo em sua conjuntura institucional aspectos racistas formantes de sua estrutura, impossibilitando a presença de homens negros em patentes superiores. Com isso, a reflexão sobre como o racismo nesse contexto foi vinculado ao negro exercer poder sobre o branco uma vez que, no imaginário de uma ordem social racista, ou seja, uma estrutura social construída sob alicerces racistas; não se reproduz a relação inversa, que significaria o negro ocupando posições de poder na sociedade e brancos acatando suas ordens. Sobre esse aspecto, pode-se compreender que a socialização ainda não conseguiu ultrapassar as fronteiras da raça.

O racismo presente no Exército Brasileiro nunca foi pauta de relevância dentro da instituição, afinal sua naturalização foi progressivamente estimulada como foi explorado nas presentes análises — desde a formação da Força Expedicionária Brasileira até a presente conjuntura que, mostra um único general negro na força e apenas onze em sua história. A realidade dessa segregação foi primordial para reconhecer a pertinência dos teóricos raciais sobre tal questão: se o racismo é legitimado em uma esfera do Estado, o que acontece no restante da sociedade brasileira? A resposta está no caminhar da história, como afirmou Fernando Nascimento (2011), tal racialização consolidou-se pelas precedências estruturais de um passado mítico, onde os heróis e patriotas eram os homens brancos, os quais “forjaram a nação com disciplina, espírito e devoção ao serviço à pátria”. Dessa maneira, ao falar de raça no Exército Brasileiro é de primordial relevância refletir sobre sua estrutura, seu ensino e sua instituição, as quais moldaram e consolidaram seu pensamento militar, que rege seus comportamentos, sua hierarquia e a própria doutrina dessa Força. O Exército Brasileiro é fundamental para a defesa nacional, mas ao distinguir a capacidade de seus homens por raça corre sérios riscos dessa dinâmica voltar-se contra a própria instituição.

## 6. Notas

\*Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

\*\*Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Email: estherkrugers@gmail.com

\*\*\*Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## 7. Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**: (Feminismos Plurais). São Paulo: Jandaíra, 2019.

CAMPOS, L. A. RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES?: Uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-17, dez./2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf>. Acesso em: 10 out 2021.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ESTADÃO. **General Octávio Costa fala sobre racismo e exército**. Youtube, 23 nov. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/5Prz8XimHp0>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

EXÉRCITO teve apenas 11 generais negros ao longo de sua história. **O Globo**, São Paulo, 15 jun 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/epoca/exercito-teve-apenas-11-generais-negros-ao-longo-de-sua-historia-25061372>>. Acesso em: 25 ago 2021.

FERRAZ, F. “Todas as falhas e virtudes desse povo”: considerações sobre a composição racial da Força Expedicionária Brasileira. **Antíteses**, Londrina, v.13, n. 25, p. 242-277, jan-jun/2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/39487>. Acesso em: 8 dez 2021.

GAT, A. **A History of Military Thought: From the Enlightenment to the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2001.



GOFFMAN, E. **Prisões, manicômios e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LEÃO, S. **KambaRace: Afrodescendências no Exército Brasileiro**. Fundação Astrojildo Pereira, 2021.

NASCIMENTO, F. S. **Exército e Nação: A construção da nacionalidade brasileira e os militares**. Rio Grande do Sul; Anais do I circuito de debates Acadêmicos; Code, 2011

NEGROS têm dificuldades para progredir nas Forças Armadas. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 28 nov 2006. Educação, Cultura e Esporte. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/92271-negros-tem-dificuldades-para-progredir-nas-forcas-armadas/>. Acesso em: 23 ago 2021.

RODRIGUES, F. Discriminação e intolerância: os indesejáveis na seleção dos oficiais do Exército (1937-1946). **Antíteses**. v.1, n.2, p. 455-474. 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1864>. Acesso em: 23 ago 2021.

SILVA, M; FOLY, F. Força Expedicionária Brasileira: 70 Anos. Uma Análise Política do Processo de Negociação, Criação e Dissolução. **Revista Brasileira de História Militar**. v.4, n.11, p. 11-29, 2013. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-IV-11.pdf>. Acesso em: 02 dez 2021.

SVARTMAN, E. M. O Exército Brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 22, p. 361-380, 2016. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4520/4371>. Acesso em: 17 jun 2021.